

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

DO REQUERIMENTO DE AUDIÇÃO DO SENHOR ENGENHEIRO JOÃO MOTA VIEIRA

OUTUBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 5 de setembro de 2024 e da agenda da reunião constava a audição do Senhor Engenheiro João Mota Vieira, no âmbito do requerimento oral apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para prestar esclarecimentos sobre os incidentes ocorridos no Hospital do Divino Espírito Santo, no âmbito do acompanhamento da Comissão das várias realidades que se relacionam com esse incidente.

As audições decorreram na delegação desta Assembleia Legislativa, na ilha de São Miguel, e ainda com recurso a meios telemáticos.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Ao abrigo da alínea b) e f) do artigo 105.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, as comissões têm, entre outros, o poder de solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e realizar audições parlamentares.

Ao abrigo do citado artigo, o Partido Socialista, através de requerimento, oral, dirigido à Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, solicita a presença do Senhor Engenheiro João Mota Vieira, tendo tal requerimento merecido a aprovação por maioria, em reunião da Comissão, ocorrida a 16 de julho de 2024.

As matérias no âmbito de *saúde* são competência desta Comissão, nos termos do artigo 4.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril.

CAPÍTULO II

AUDIÇÃO

Da audição do senhor Engenheiro João Mota Vieira, ocorrida em 5 de setembro de 2024:

O Engenheiro João Mota Vieira começou por agradecer à Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Deputada Sandra Costa Dias, e aos senhores Deputados Regionais presentes, pela oportunidade de estar ali e prestar esclarecimentos sobre o relatório técnico que elaborou juntamente com o Engenheiro Marco Ávila, relativamente ao incêndio no Hospital Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada.



Referiu que o pedido para a elaboração deste relatório técnico surgiu diretamente do Conselho de Administração do Hospital, na sequência do incêndio ocorrido a 4 de maio. Enfatizou a seriedade e responsabilidade com que o trabalho foi conduzido, seguindo os princípios éticos e deontológicos da profissão de engenheiro, que é uma profissão de confiança pública. O Engenheiro lamentou as declarações feitas pela Deputada Délia Melo (PSD) durante a sessão parlamentar de 10 de julho, qualificando-as como infelizes e inadequadas. Segundo ele, a análise da Deputada foi brejeira e desrespeitosa, o que não só desqualifica as suas funções como representante dos açorianos, mas também ignora o carácter factual e técnico do relatório que tinha como principal objetivo identificar as causas do incêndio e contribuir para uma cultura de segurança no Hospital.

João Mota Vieira sublinhou que o trabalho realizado foi uma análise profunda e técnica, e que mais do que identificar a origem do incêndio, a intenção era propor medidas de mitigação dos riscos para evitar a repetição de situações semelhantes no futuro. O Engenheiro criticou ainda o facto de não ter tido oportunidade de responder às alegações feitas pela Deputada no Parlamento, algo que considerou antidemocrático, reforçando que as suas intenções eram apenas no sentido de colaborar para a melhoria da segurança e do funcionamento do Hospital.

Terminou a sua explanação, reiterando a sua disponibilidade para esclarecer todas as questões técnicas relacionadas com o relatório e com o incêndio no HDES.

Interpeleção – Deputada Délia Melo (PSD)

A Deputada Délia Melo (PSD), após a explanação inicial do Engenheiro João Mota Vieira, solicitou a palavra com o objetivo de fazer um protesto e defender a sua honra. Afirmou que o Engenheiro foi convidado a comparecer na Comissão para esclarecer o conteúdo técnico do relatório que elaborou, e não para insultar os Deputados ou questionar as intervenções legítimas que foram feitas no Parlamento. Reiterou que, na sua função de Deputada, tem o direito de levantar questões sobre o relatório, sem que isso justifique ofensas pessoais. A Deputada sublinhou que nunca desrespeitou o Engenheiro e apenas procurou clarificar dúvidas técnicas que surgiram da sua leitura do relatório. Solicitou, por isso, respeito e que o Engenheiro se limitasse a responder às questões técnicas que lhe fossem colocadas pela Comissão.



Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – Deputada Sandra Costa Dias

A Presidente da Comissão, Deputada Sandra Costa Dias (PS), interveio de seguida, pedindo a colaboração de todos os presentes para que se mantivessem focados no objetivo da sessão: o esclarecimento das questões relacionadas com o relatório técnico e as consequências do incêndio no HDES. A Presidente pediu aos membros da Comissão que respeitassem o convidado e solicitou que este esclarecesse o que fosse necessário, de modo a contribuir para a resolução do problema em análise.

No início da primeira ronda, o Deputado Russell Sousa (PS) começou por agradecer a presença do Engenheiro João Mota Vieira e o trabalho desenvolvido por ele e pelo Engenheiro Marco Ávila. De seguida, questionou o Engenheiro se ficou surpreendido com a utilização que o Governo Regional fez do relatório técnico. Perguntou também sobre a formação de uma comissão técnica independente para elaborar um relatório mais detalhado, mencionada pela Secretária Regional da Saúde, e se o Engenheiro tinha sido contactado nesse sentido. Por fim, pediu a opinião do Engenheiro sobre o que o Governo poderia estar a fazer e que não está a ser feito em termos de gestão da situação no Hospital, tendo em conta os artigos de opinião que o mesmo escreveu sobre o assunto.

O Engenheiro Mota Vieira afirmou que entregou o relatório à Administração do Hospital e não diretamente ao Governo Regional, por isso, o uso que o Governo fez do relatório ao Governo coube. Disse que a Administração do Hospital nunca o contactou novamente após a entrega do documento, apesar de ter expressado disponibilidade para prestar mais esclarecimentos. Sobre a comissão técnica mencionada pela Secretária da Saúde, o Engenheiro afirmou que não foi contactado. Mota Vieira também referiu que, em sua opinião, os trabalhos de recuperação no HDES estavam a decorrer demasiado devagar e que havia riscos graves no Hospital que ainda não tinham sido mitigados. Sobre a urgência da situação, sugeriu que o HDES deveria ter sido reaberto rapidamente, mesmo que algumas deficiências ainda existissem, porque o impacto do encerramento prolongado estava a afetar a saúde dos açorianos.

A Deputada Délia Melo (PSD) interpelou a Mesa, salientando que o Engenheiro Mota Vieira estava presente na Comissão com o objetivo específico de discutir o relatório



técnico que elaborou sobre o incêndio no Hospital Divino Espírito Santo, e não para dar opiniões sobre o futuro da infraestrutura hospitalar. A Deputada afirmou que quem quisesse conhecer a opinião do Engenheiro como cidadão, poderia ler os seus artigos de opinião. No entanto, naquela sessão, o propósito era apenas esclarecer dúvidas técnicas em relação ao relatório produzido. Para a Deputada Délia Melo (PSD), o Engenheiro não tinha competência para se pronunciar sobre questões que iam além do âmbito técnico do relatório, pelo que a sua intervenção deveria ser limitada a esse tema.

Após a interpelação, a Presidente da Comissão, Deputada Sandra Costa Dias (PS), respondeu, sublinhando que o Engenheiro tinha sido convocado para falar sobre o relatório e sobre a situação resultante do incêndio no Hospital. A Presidente afirmou que, como responsável técnico pelo relatório, o Engenheiro tinha legitimidade para discutir não só o documento, mas também as infraestruturas afetadas e o impacto na gestão do Hospital. Reforçou que o Engenheiro estava a cumprir o seu papel na audição, e, por isso, não iria limitar as suas intervenções ao relatório estritamente, visto que a discussão incluía o acompanhamento da situação geral do Hospital.

O Deputado Russell Sousa (PS), em réplica, agradeceu as respostas e questionou o Engenheiro sobre a seção do relatório que mencionava que os Centros de Detecção de Incêndio (CDI) estavam inibidos, e quem seria responsável por essa decisão.

O Engenheiro Mota Vieira respondeu que os CDI estavam inibidos há pelo menos dois dias antes do incêndio, conforme tinha sido informado por uma fonte dentro do Hospital. No entanto, afirmou que não sabia quem tinha dado a ordem para inibir os CDI, uma vez que o sistema de registo de eventos do Hospital estava avariado, dificultando a obtenção de informações detalhadas.

A Deputada Délia Melo (PSD) começou a sua intervenção referindo que passaram quatro meses desde o incêndio no HDES e destacou o trabalho que já foi feito para mitigar os



danos e assegurar a continuidade dos cuidados de saúde. Contudo, dirigiu-se ao Engenheiro Mota Vieira para pedir mais esclarecimentos sobre o carácter técnico do relatório, afirmando que ele indicava que um relatório mais detalhado seria feito. Perguntou também se as conclusões do relatório de 24 de junho poderiam ser tomadas como definitivas, ou se deviam ser vistas como preliminares.

O Engenheiro Mota Vieira afirmou que o relatório não era preliminar e que todas as conclusões nele contidas eram válidas e definitivas, baseadas em análises factuais. Explicou que o relatório adicional, mencionado no documento, teria sido mais detalhado, mas não mudaria as conclusões principais, apenas aprofundaria as informações e recomendações.

A Deputada Délia Melo (PSD) replicou, afirmando que o Engenheiro não respondeu diretamente à sua pergunta, e voltou a questionar se o relatório de 24 de junho deveria ser entendido como final ou preliminar.

O Engenheiro respondeu afirmando que o relatório de 24 de junho era final e não deveria ser considerado preliminar, apesar de ter sido feita referência a um relatório mais detalhado, que acabou por não ser elaborado devido à intervenção da Polícia Judiciária, que assumiu o caso.

O Deputado António Lima (BE) agradeceu a presença do Engenheiro e colocou várias questões, incluindo a falha na substituição do sistema de deteção de incêndios, que já estava prevista no plano de investimentos do Hospital desde 2019, e se o Engenheiro verificou se houve algum progresso nesse sentido. Perguntou também se o Engenheiro tinha uma estimativa do tempo necessário para implementar as recomendações feitas no relatório. Questionou ainda sobre os danos específicos nas zonas não diretamente afetadas pelo incêndio, e o motivo para a disseminação de fumo em todo o Hospital.

O Engenheiro explicou que, de facto, o sistema de deteção de incêndios estava obsoleto e que o plano de substituição não foi implementado a tempo. Sobre as falhas



administrativas, afirmou que se o plano tivesse sido executado, o impacto do incêndio poderia ter sido menor. Em relação à implementação das medidas sugeridas, referiu que o prazo dependeria da celeridade dos trabalhos, mas que algumas das intervenções poderiam ser feitas rapidamente, em poucos meses, se houvesse empenho. Sobre o fumo, explicou que o Hospital não tinha selagens adequadas, o que permitiu que o fumo se espalhasse por várias áreas, mesmo aquelas distantes da origem do incêndio.

O Deputado António Lima (BE) replicou, questionando se o Engenheiro acreditava que o Hospital poderia ter sido reaberto em menos tempo se as recomendações tivessem sido implementadas.

O Engenheiro Mota Vieira afirmou que acreditava que sim. Se as recomendações tivessem sido seguidas, o Hospital poderia ter sido reaberto com segurança dentro de um prazo razoável, evitando prolongar o impacto negativo sobre os utentes.

A Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) questionou o Engenheiro sobre a importância da segurança dos utentes no processo de recuperação do Hospital, e se, ao mencionar que o relatório técnico detalhado não foi elaborado devido à entrega do relatório à Polícia Judiciária, o Engenheiro previu que algumas das conclusões poderiam ter consequências judiciais. Questionou-o ainda sobre a razão para sugerir ao Governo Regional a promoção de uma auditoria ao Corpo de Bombeiros e sobre a central de alarmes que foi inibida antes do incêndio.

O Engenheiro reiterou a sua preocupação com a segurança dos utentes, afirmando que muitos riscos não foram adequadamente mitigados. Explicou que o relatório detalhado não foi elaborado porque o caso passou para a alçada da Polícia Judiciária, sendo um caso de polícia, e isso alterou o contexto de trabalho. Esclareceu também que a sugestão de uma auditoria aos bombeiros visava melhorar a resposta a incêndios semelhantes, dado que os bombeiros, apesar de terem conseguido controlar o incêndio, não estavam adequadamente equipados para lidar com este tipo de situação, não por culpa deles, mas



sim, porque não é comum incêndios deste género nos Açores. Em relação à central de alarmes, confirmou que, de acordo com um telefonista do Hospital, os alarmes estavam inibidos há dois dias, mas não sabia quem tinha dado essa ordem.

A Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) insistiu sobre o depoimento do telefonista, questionando se tinha havido alguma diligência para verificar se essa informação tinha sido reportada a superiores no Hospital.

O Engenheiro Mota Vieira afirmou que não investigou se o telefonista reportou a situação aos seus superiores, uma vez que o objetivo do relatório era técnico e não disciplinar. As autoridades competentes deveriam tratar de apurar essa informação.

Na segunda ronda, o Deputado José Toste (PS) iniciou a sua intervenção agradecendo ao Engenheiro Mota Vieira pela sua disponibilidade em comparecer na Comissão, destacando o trabalho de cidadania técnica realizado pelo Engenheiro. O Deputado referiu-se a uma confusão relativamente à causa do incêndio, apontando que a interpretação da Secretária Regional da Saúde não coincidia com a dos Engenheiros responsáveis pelo relatório. Solicitou, assim, que o Engenheiro esclarecesse quais eram as causas do incêndio e por que a versão da Secretária estava incorreta. Além disso, o Deputado José Toste (PS) questionou a falta de uma limpeza imediata na infraestrutura após o incêndio e se tal atraso afetou o ritmo de trabalho para a retoma da atividade no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES). Também perguntou sobre a substituição do engenheiro mecânico, querendo saber se houve um período sem a presença de um engenheiro e se isso representava uma falha técnica ou organizacional. Por fim, o Deputado questionou a adequação do Hospital Modular e se, mesmo em plena capacidade, teria uma resposta comparável à do HDES. Questionou ainda se o investimento no Hospital Modular teria sido mais vantajoso se direcionado para a abertura integral do HDES.

O Engenheiro Mota Vieira respondeu às questões, começando por agradecer ao Deputado e explicando que ele e o seu colega realizaram o trabalho para o Hospital de forma gratuita, sublinhando a importância da sua missão como engenheiros de confiança pública. Relativamente à causa do incêndio, o Engenheiro explicou que, após a visita ao



Hospital, notaram que a área afetada já estava limpa e sem equipamentos, o que dificultou a análise direta. No entanto, com base em entrevistas e dados recolhidos, concluiu-se que a origem mais provável do incêndio foi nas baterias de correção de fator de potência, que apresentavam deficiências já identificadas em manutenções anteriores. Quanto à confusão causada pela Secretária Regional, o Engenheiro afirmou que esta teria feito uma má interpretação do relatório, mencionando erradamente "baterias de condensadores" em vez de "baterias de correção de fator de potência", uma diferença técnica significativa. Sobre a limpeza, o Engenheiro Mota Vieira referiu que esta deveria ter sido feita de imediato e de forma organizada, com orientação técnica. Expressou surpresa ao ver que a área já estava limpa, mas questionou o atraso na limpeza das zonas afetadas indiretamente. Relativamente à substituição do engenheiro mecânico, informou que o Hospital esteve sem engenheiro mecânico durante três ou quatro meses, uma situação que considerou problemática, especialmente num Hospital com a dimensão e a complexidade do HDES. Por fim, sobre o Hospital Modular, explicou que as áreas clínicas deste são incomparáveis às do HDES, sendo que o Modular tem apenas duas salas de cirurgia, enquanto o HDES tem 11. Mesmo que o Hospital Modular atinja a sua capacidade plena, nunca terá a mesma resposta que o HDES, concluindo que o investimento deveria ter sido focado na abertura do HDES.

O Deputado José Toste (PS) utilizou o direito de réplica para solicitar ao Engenheiro que especificasse o período exato durante o qual o Hospital esteve sem engenheiro mecânico e para obter mais detalhes sobre as baterias que apresentavam deficiências. Quis saber se, no momento do incêndio, estas baterias estavam desligadas, como afirmado no relatório, e se as baterias em funcionamento foram objeto de uma análise aprofundada. Também perguntou se o aproveitamento da diferença entre o relatório técnico e o relatório detalhado se devia a confusões e más interpretações feitas pelo poder político.

Na resposta à réplica, o Engenheiro Mota Vieira esclareceu que o Hospital esteve sem engenheiro mecânico durante três ou quatro meses, até que um novo engenheiro começou a trabalhar a 3 de junho. Explicou que as baterias com problemas foram desligadas, mas que o equipamento restante continuou a funcionar com limitações. Quanto ao relatório detalhado, confirmou que não levaria a novas conclusões, sendo apenas uma versão mais pormenorizada do relatório técnico já entregue. A falta de um



relatório detalhado deveu-se, segundo o Engenheiro, ao facto de o relatório já estar nas mãos da Polícia Judiciária e de haver más interpretações políticas que deturparam o conteúdo técnico.

Na sua intervenção, a Deputada Délia Melo (PSD) questionou em que se baseia tecnicamente o Engenheiro Mota Vieira para questionar a eficiência dos bombeiros durante o combate ao incêndio, apontando que o relatório do Engenheiro sugeria que o combate, embora eficaz, poderia ter sido mais eficiente, visto que o fogo durou cerca de sete horas. Questionou ainda se a manutenção do sistema de deteção de incêndio (SADI) que estava obsoleto era realizada com a periodicidade prevista pelo fabricante, e quis saber desde quando as condutas de ventilação deveriam ter registos corta-fogo. Também pediu explicações sobre como se pode concluir que as baterias de correção de fator de potência estavam em fim de vida quando o fim de vida estava previsto para 2025. Por fim, perguntou como é medido o tempo de vida útil destas baterias.

O Engenheiro Mota Vieira respondeu afirmando que, apesar do respeito pelos bombeiros, não é normal um incêndio daquela natureza demorar sete horas a ser controlado, sugerindo a necessidade de uma auditoria pela positiva ao equipamento e procedimentos usados para que estes possam ter o máximo de informação para futuras situações, lembrando que os bombeiros que estavam a combater o incêndio sofreram imenso com o combate ao incêndio, havendo inclusive bombeiros que saíram do combate com falta de ar. Sobre o sistema de deteção de incêndio, confirmou que a manutenção era feita, mas o sistema já estava obsoleto e poderia falhar a qualquer momento. Quanto aos registos corta-fogo, afirmou que a legislação os tornou obrigatórios em 2008, mas muitas instalações anteriores não os possuíam. Relativamente às baterias, explicou que o tempo de vida útil é medido em horas de operação e que, embora o fim de vida estivesse previsto para 2025, o desgaste já era evidente, com problemas mecânicos e elétricos identificados.

A Deputada Délia Melo (PSD) utilizou o direito à réplica para perguntar por que motivo o relatório não fazia referência à medição do tempo de vida útil das baterias em horas.

Na resposta, o Engenheiro Mota Vieira esclareceu que esta questão era um “preciosismo” e que, para simplificar, o tempo de vida foi traduzido em anos e meses, pois seria mais compreensível para o público. Afirmou que o equipamento estava no fim da sua vida útil,



mesmo que ainda dentro do prazo oficial, sublinhando que problemas já evidentes reforçavam a necessidade de substituição.

Na terceira ronda, a Deputada Délia Melo (PSD) perguntou ao Engenheiro Mota Vieira se, do relatório, poderia concluir-se que o incêndio foi provocado por uma falha humana voluntária.

O Engenheiro Mota Vieira respondeu afirmando que, na sua opinião, não havia indícios de que o incêndio tivesse sido causado de forma deliberada, descartando a hipótese de falha humana voluntária.

O Deputado Flávio Pacheco (PS) levantou questões sobre a interação com a Estrutura de Missão criada em março de 2023, que tinha como objetivo acompanhar o financiamento da Saúde nos Açores. O Deputado perguntou se o Engenheiro Mota Vieira teve algum contacto com esta entidade no contexto do seu trabalho relacionado com o incêndio no HDES e se recebeu algum parecer ou proposta por parte dessa estrutura em relação ao incidente.

O Engenheiro Mota Vieira esclareceu que não teve qualquer contacto com Estrutura de Missão para o Acompanhamento do Financiamento da Saúde nos Açores (EMAFIS) e que, da documentação que lhe foi fornecida pelo Hospital, não constava qualquer relatório ou plano de ação oriundo dessa entidade.

Por fim, a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) abordou a questão da formação dos funcionários do HDES, referindo-se à falta de preparação mencionada durante a audição. Questionou se essa ausência de formação era um problema recente ou algo que já vinha ocorrendo há mais tempo e se os funcionários em questão já pertenciam ao quadro do Hospital ou se haviam sido colocados recentemente.

O Engenheiro Mota Vieira respondeu que a falta de formação dos funcionários era uma situação que existia há muito tempo, sendo um *modus operandi* do Hospital. Afirmou que, se o incêndio não tivesse ocorrido, essa situação provavelmente teria continuado, já que não lhe foi apresentado nenhum plano de formação ou evidências de que algo estivesse em curso para resolver essa falha. O Engenheiro destacou ainda que o problema não era



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

exclusivo do HDES e que outros Hospitais da Região, como o da Horta, também apresentavam deficiências que precisavam de ser corrigidas, sugerindo que a Administração Regional aplicasse o relatório técnico a outras infraestruturas de saúde dos Açores.

CAPÍTULO III CONCLUSÕES E PARECER

Atenta a natureza das audições realizadas, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade aprovar o presente relatório.

Horta, 7 de outubro de 2024

A Relatora

Inês Soares de Oliveira e Sá

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Sandra Costa Dias